

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA/AGRADECIMENTOS	7
PREFÁCIO	9
LISTA DAS PRINCIPAIS SIGLAS/ABREVIATURAS	11
NOTA INTRODUTÓRIA	15
1. Delimitação de alguns conceitos fundamentais	15
1.1. Distinção entre Direito Tributário e Direito Fiscal/ato tributário e ato administrativo em matéria tributária	15
1.2. Distinção entre litígio e conflito	16
1.3. Conceito de meios alternativos de resolução do litígio (MARL)	19
2. Apresentação do tema	30
2.1. Enquadramento geral	30
2.2. As fragilidades da justiça tributária tradicional: o défice de consciência ético-tributária	32
2.2.1. Problemas de ordem substantiva	40
2.2.1. Problemas de ordem adjetiva (ao nível do sistema administrativo e judicial)	49
3. Sequência expositiva	53
PARTE I – MEIOS DE PREVENÇÃO DE LITÍGIOS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA	
1. A CRIAÇÃO DE UM SISTEMA DE EDUCAÇÃO TRIBUTÁRIA	57
1.1. A educação tributária: conceito	57
1.2. O papel da sociedade na educação tributária	64
1.3. O papel das escolas e das universidades na educação tributária	66
1.4. A educação tributária e a solidariedade social tributária	71
1.5. Algumas experiências comparadas	77
1.5.1. Ordenamento jurídico dos E.U.A.: breve referência	77
1.5.2. Ordenamento jurídico de Espanha: breve referência	78

2. A DEMOCRATIZAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO	83
2.1. Propostas de democratização do sistema tributário	83
2.2. A experiência comparada: breve referência ao ordenamento jurídico Suíço	96
3. SIMPLIFICAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO: DO PONTO DE VISTA NORMATIVO E PROCEDIMENTAL	101
3.1. Simplificação normativa	101
3.2. Simplificação procedimental	107
3.2.1. Revalorização dos procedimentos tributários de primeiro e de segundo grau	118
4. A CONSENSUALIZAÇÃO NO DIREITO TRIBUTÁRIO: O ACORDO	135
4.1. Conceito adotado de acordo: em especial, o acordo <i>stricto sensu</i> e a transação	135
4.2. Obstáculos à admissibilidade da consensualização no Direito Tributário: uma proposta de superação	140
4.2.1. O princípio da legalidade: argumentos de sinal contrário	147
4.2.2. O princípio da indisponibilidade do crédito tributário: argumentos de sinal contrário	153
4.2.3. O Princípio da igualdade: argumentos de sinal contrário	162
4.3. Uma proposta para a consensualização no Direito Tributário: em especial, a celebração de acordo	165
4.4. Algumas experiências comparadas	180
4.4.1. Ordenamento jurídico dos E.U.A.: breve referência	180
4.4.2. Ordenamento jurídico italiano: breve referência	187

PARTE II – MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS EM MATÉRIA TRIBUTÁRIA

1. A CONSENSUALIZAÇÃO DOS LITÍGIOS NO DIREITO TRIBUTÁRIO: OS MEIOS DE AUTOCOMPOSIÇÃO (MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO)	197
1.1. Conceito de mediação e conciliação	197
1.2. A mediação e o Direito tributário	209
1.2.1. A (In)Admissibilidade da mediabilidade dos litígios em matéria tributária: obstáculos e sua superação	209
1.2.1.1. O princípio da legalidade, o princípio da indisponibilidade do crédito tributário e o princípio da igualdade (remissão): em especial, o princípio da legalidade tributária	209

1.2.1.2. Critério geral de mediabilidade (?)	214
1.2.1.3. As desvantagens e as vantagens da mediação	222
1.2.1.3.1. O princípio da confidencialidade: uma (des)vantagem (?)	229
1.2.2. Objeto da mediação em matéria tributária: uma proposta <i>iure condendo</i>	236
1.2.3. O processo de mediação: uma proposta <i>iure condendo</i>	238
1.2.3.1. Estrutura que deve acolher o processo de mediação: mediação privada vs. mediação pública	239
1.2.3.2. Princípios norteadores do processo de mediação	244
1.2.3.3. Tramitação do processo de mediação	258
1.3 A conciliação e o Direito Tributário	265
1.3.1. A (In)admissibilidade da conciliabilidade de litígios em matéria tributária: obstáculos e sua superação	265
1.3.1.1. O princípio da legalidade, o princípio da indisponibilidade do crédito tributário e o princípio da igualdade (remissão): em especial o princípio da legalidade tributária	265
1.3.1.2. Critério geral de conciliabilidade (?)	268
1.3.1.3. As desvantagens e as vantagens da conciliação	270
1.3.2. Objeto da conciliação: uma proposta <i>iure condendo</i>	275
1.3.3. O processo de conciliação: uma proposta <i>iure condendo</i>	278
1.3.3.1. Estrutura que deve acolher o processo de conciliação	278
1.3.3.2. Princípios (e regra) norteadores do processo de conciliação	280
1.3.3.3. Tramitação do processo de conciliação	287
1.4. Algumas experiências comparadas	289
1.4.1. Ordenamento jurídico dos E.U.A.: breve referência	289
1.4.2. Ordenamento jurídico italiano: breve referência	294
2. OS MEIOS HETEROCOMPOSITIVOS: A ARBITRAGEM TRIBUTÁRIA	301
2.1. Conceito de arbitragem tributária	301
2.2. Regime Jurídico da Arbitragem Tributária	311
2.2.1. O objeto da arbitragem	313
2.2.2. Estrutura e composição do Tribunal arbitral	320
2.2.3. Requisitos, impedimentos e deveres do órgão decidenti	322
2.2.3.1. Em especial: o Código Deontológico do CAAD	325
2.2.4. As custas do processo: a Taxa de Arbitragem	330
2.2.4.1. Em especial: o apoio judiciário na arbitragem	331
2.2.5. O processo tributário arbitral	334
2.2.5.1. Princípios do processo tributário arbitral	335

2.2.5.2. Tramitação do processo tributário arbitral	337
2.2.6. Os meios de colocação em crise da decisão arbitral	343
3. OS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS E O DIREITO FUNDAMENTAL DE ACESSO AO DIREITO E AOS TRIBUNAIS	351
4. A HETEROCOMPOSIÇÃO DO LITÍGIO COMO <i>ULTIMA RATIO</i>	359
5. A EXISTÊNCIA DE UMA RESERVA DA JURISDIÇÃO ESTADUAL (?)	363
CONCLUSÕES	377
BIBLIOGRAFIA	381
JURISPRUDÊNCIA	407